

O TRABALHADOR FRENTE AO TERCEIRO MILÊNIO

MAIA, Graziela Zambão Abdian. UNESP- Marília.

MACHADO, Lourdes Marcelino. UNESP – Marília.

Existem várias abordagens sobre o problema das relações entre educação e trabalho. Saviani (1994) distingue a concepção que contrapõe de modo excludente educação e trabalho da concepção que entende a primeira como sendo decisiva para o desenvolvimento econômico.

Apesar das diferentes posições, há um vínculo entre as formas de organização do trabalho e o sistema educativo ao longo da sociedade capitalista, por isso, as políticas educacionais estão intimamente relacionadas com a evolução do trabalho.

As mudanças que se processam, atualmente com maior velocidade, determinam transformações importantes na instituição escolar. Daí dizer que

O modo de produção capitalista tem experimentado alterações significativas, próprias de sua evolução permitindo modificações na maneira de reproduzir a força de trabalho. A educação, como componente do processo de formação do trabalhador, é integrante do mecanismo de reprodução da força de trabalho, sendo, portanto, sensível a estas alterações. (Machado, 1989:15).

No século XVI, a organização da produção estava baseada no emprego das famílias camponesas na produção de mercadorias. Já no século XVIII (1760 em diante), com a Revolução Industrial, as cidades tornaram-se centros da vida social através da produção fabril.

Com relação à educação, esses dois períodos históricos também se diferem. No primeiro, a cultura ainda não se diferenciava da religião e a educação era um conjunto de técnicas para as elites, não apresentando componente prático; no segundo período, a característica principal é o sentido prático da vida. As escolas ensinavam religião mais efetivas habilidades, mas ainda para quem tinha status, era um novo modo de educação que ainda não atendia o povo. (Machado, 1989)

Saviani (1994) evidencia, ainda no primeiro período, a existência de duas fases distintas. Na primeira, 'comunismo primitivo', não havia classes e tudo era produzido em comum para a sobrevivência dos homens, sendo a educação parte integrante deste processo.

Na segunda, há uma divisão dos homens em classes, por causa do surgimento da propriedade privada. E,

... a partir do advento da sociedade de classes, com o aparecimento de uma classe que não precisa trabalhar para viver, surge uma educação diferenciada. E é aí que está localizada a origem da escola. A palavra escola em grego significa o lugar do ócio. Portanto, a escola era o lugar a que tinham acesso as classes ociosas. A classe dominante, a classe dos proprietários, tinha uma educação diferenciada que era a educação escolar. Por contraposição, a educação geral, a educação da maioria era o próprio trabalho; o povo se educava no próprio processo de trabalho era o aprender fazendo. Aprendia lidando com a realidade, aprendia agindo sobre a matéria, transformando-a. (Saviani,1994:148).

O mesmo autor distingue a Antigüidade da fase seguinte, Idade Média, através da troca do trabalho escravo pelo trabalho servil. Nesta etapa, a maioria dos indivíduos continuava sendo educada no próprio processo de trabalho.

O artesanato, presente no modo de produção feudal, fortaleceu as corporações de ofícios e a acumulação de capital, possibilitando o crescimento de uma atividade mercantil que dá origem ao capital. Com a acumulação de capital pelo burguês, através do comércio, há um investimento na própria produção, originando a indústria. Cresce, a partir daí, o modo de produção capitalista. (Saviani,1994).

Um novo período é iniciado no qual as cidades tornam-se o centro da vida social que cresce pela liberação dos trabalhadores pela agricultura. Existem, nesta sociedade, novas relações de produção pautadas por uma estrutura de classes polarizada pela burguesia de um lado e pelo proletariado de outro.

A sociedade capitalista rompe com a idéia de comunidade para trazer a idéia de sociedade. O princípio regulador da sociedade moderna é a liberdade, significando que cada um é livre para ter sua propriedade; no entanto, o trabalhador, despojado de seus

meios de existência, conta apenas com sua força de trabalho, vendida para o capitalista através de um contrato.

A sociedade contratual traz a necessidade de generalização da escola, porque ela implica no nascimento da ciência e na utilização e expansão do conhecimento para o desenvolvimento das atividades industriais. Saviani assinala que

Esta é uma questão que ainda hoje está presente, ou seja, o desenvolvimento da escola vinculado ao desenvolvimento das relações urbanas. É o que por vezes se chama de vínculo entre a escola e os padrões urbanos. Quanto mais avança o processo urbano-industrial, mais se desloca a exigência da expansão escolar. Por aí é possível compreender exatamente por que esta sociedade moderna e burguesa levanta a bandeira da escolarização universal, gratuita, obrigatória e leiga. A sociedade básica deve ser estendida a todos. (Saviani, 1994:152).

A escola se comporta, portanto, como uma agência educativa que forma indivíduos civilizados e atende ao progresso do capitalismo. Ela socializa os indivíduos, familiarizando-os com os códigos formais integrantes da cultura letrada, capacitando-os para se integrarem ao processo produtivo.

A sociedade moderna capitalista impôs um mínimo de formação geral para o trabalhador para que este pudesse se integrar ao sistema produtivo. Decorrente deste fato, é a reconstituição, pela sociedade burguesa, da diferenciação entre as escolas destinadas à formação intelectual e as escolas para as massas, porque,

... o trabalhador não pode ter meio de produção, não pode deter o saber; mas, sem saber, ele também não pode produzir, porque para transformar a matéria precisa dominar algum tipo de saber. Sim, é preciso, mas 'em doses homeopáticas', apenas aquele mínimo para poder operar a produção. (Saviani, 1994:157).

Sobre a base de uma escola universal, houve uma divisão do sistema de ensino entre as escolas diretamente ligadas à produção (cursos profissionalizantes) e as escolas de qualificação geral (intelectual), geralmente ligadas à função de comando. Este é ainda um problema enfrentado pela educação, principalmente por países em desenvolvimento; ele está presente em todas as discussões sobre o rumo das políticas educacionais e, com a

ascensão das novas tecnologias, parece existir uma forte tendência para a reversão deste quadro de dualização do ensino.

Braverman(1987), analisando as tendências históricas da qualificação, apresenta algumas aproximações da educação com o trabalho e com o desenvolvimento do modo capitalista de produção; enfatiza, em sua análise, a sociedade norte americana.

Inicialmente, aponta o aumento dos anos passados na escola no final da primeira metade do século atual. Para o autor, isto se deve, em primeiro lugar, às atuais exigências da sociedade urbana de alfabetização e familiaridade com o sistema numérico; além disso, está a necessidade de promover uma socialização do indivíduo que vem do campo para a cidade, daí, a extensão média da escolaridade ser mais alta nas populações urbanas. Em segundo lugar está o aumento da prática de especialidades científicas na produção como, por exemplo, a pesquisa, administração e gerência.

Prosseguindo em sua análise, Braverman destaca a existência de outros fatores que tendem a explicar mais precisamente a definição das exigências educacionais no sistema capitalista.

Primeiramente, aponta que a depressão (fins dos anos 30) restringiu a participação dos jovens na força de trabalho, com o objetivo de, através da eliminação deste segmento da população no mercado de trabalho, reduzir o desemprego.

Depois, destaca que o período pós-guerra estimulou a procura de profissionais especializados em gerência por causa do ritmo rápido da acumulação de capital. Com isto, seguiu “ uma quantidade tão grande de pessoas graduadas em faculdade que pelos fins da década de 60 começou a manifestar-se em excesso”. (Braverman,1987:370)

O autor aponta várias conseqüências decorrentes destes fatores: o aumento das exigências aos candidatos a emprego, devido à disponibilidade de formandos em faculdades; o aumento da escolaridade para uma média de idade de 18 anos para conservar o desemprego dentro de limites razoáveis; a deteriorização do conteúdo da educação à medida que sua duração se estendia.

Finalmente, a relação entre a educação e o sistema capitalista de produção é ainda mais destacada pelo autor quando verifica o impacto econômico imediato do sistema escolar ampliado. Além de limitar o aumento do desemprego, o sistema escolar ampliado forneceu emprego para trabalhadores em construção, administradores, professores, dentre

outros. Ainda mais, “ a educação tornou-se uma área imensamente lucrativa de acumulação do capital para a indústria de construção, para os fornecedores de todos os tipos, e para uma multidão de empresas subsidiárias.” (Braverman,1987:372).

Os dois autores, mesmo sendo de realidades e tempos distintos, admitem existir uma íntima relação entre a organização da sociedade e o sistema educacional; o último autor apresentado, de maneira mais extremada, destaca que a educação, na maioria das vezes, é organizada com o propósito de servir aos objetivos do modo de produção capitalista.

Das colocações aqui apresentadas, decorrem duas questões fundamentais. A primeira delas diz respeito às inúmeras reformas educacionais que vêm surgindo e dos objetivos a que se propõem. Até que ponto elas não promovem a acentuação da dualização do ensino e o enriquecimento do capitalista?

Ferretti (1998), destacando contribuições de Popkewitz, assinala que

... as reformas educacionais modernizam as instituições escolares, contribuindo para a regulação social em determinado momento histórico, no qual se realiza uma mudança social decorrente da transição de regimes de acumulação do modo de produção capitalista. Propõe o concurso da história e da sociologia para a compreensão das relações entre saber, poder e instituições sociais, especialmente, as educacionais. Trata-se de uma abordagem teórica que procura compreender a produção de um novo homem em um novo momento histórico, da produção de uma nova subjetividade adequada a uma nova forma de organização social do capitalismo atual. (Ferretti,1998:7).

O autor evidencia, como principais agentes do movimento de reformas, os organismos multilaterais enquanto representantes do capital na esfera internacional. Para alcançar os fins a que se propõe o capital, na atual conjuntura, esses organismos têm exercido seu papel por meio de eficientes estratégias, como por exemplo:

... produz o discurso da busca da produtividade e da equidade social, a partir de ajustes político-econômicos orientados por diretrizes conhecidas como neoliberais, tratando países subdesenvolvidos de forma homogênea, ou seja, desconhecendo muitas das históricas diferenças entre estas nações. Impõe-se-lhes, portanto, determinados valores e entendimento da realidade, como orientação de seus projetos políticos

nacionais, conforme a racionalidade da nova ordem mundial. (Ferretti,1998:30).

As reformas tendem a considerar a esfera educacional dentro de uma racionalidade e dentro dos valores de mercado. No Brasil, presenciamos um amplo movimento de transformações educacionais que tendem a se integrar no amplo movimento de transformações político-econômicas em nível mundial.

É muito importante as reflexões sobre essas reformas, principalmente por profissionais preocupados com o verdadeiro processo educacional que foge à lógica do mercado. Profissionais que sonham com uma educação literalmente universal e com qualidade para todos.

A segunda questão, decorrente da anterior, tem profunda ligação com o objeto de estudo. Quais as implicações das reformas educacionais na formação do trabalhador e quais são as novas exigências feitas a ele, frente às mudanças do terceiro milênio?

As reflexões sobre o tema apresentam desdobramentos diretos sobre a escola mantida pela empresa Nestlé, objeto do meu estudo.

A escola, desde suas origens, foi colocada ao lado do trabalho intelectual, enquanto preparação dos futuros dirigentes. Com o crescimento da indústria, esse quadro se tornou ainda mais concreto, levando-se em consideração a crescente simplificação dos ofícios e a redução da qualificação específica. Saviani (1994) assinala que

Tal processo ganhou nitidez com a chamada 'Revolução Industrial' que data do final do século XVIII e a primeira metade do século XIX. O fenômeno da objetivação e simplificação do trabalho coincide, pois, com o processo de transferência para as máquinas das funções próprias do trabalho manual. Assim, os ingredientes intelectuais antes indissociáveis do trabalho manual humano, como ocorria no artesanato, dele se destacam, indo incorporar-se às máquinas, o que viabiliza a mecanização das operações manuais, sejam elas executadas pelas próprias máquinas ou pelos homens, os quais passam a operar manualmente como sucedâneos das máquinas, não necessitando, nessa condição, de fazer intervir as suas faculdades intelectuais. (Saviani,1994:158).

O trabalho humano passa a ser o trabalho intelectual e tem como característica o controle e a supervisão no interior da indústria. “É, assim, um indivíduo político já que diz respeito ao exercício do poder de controle, de direção, de comando.” (Saviani, 1994:159).

A Revolução Industrial colocou a máquina no centro do processo produtivo e a escola nasceu como forma dominante de educação. Assim como descrito anteriormente, apesar da existência de uma base comum e geral, o sistema educacional se dividiu entre a escola de formação profissional e a de formação geral, esta, destinada às funções de comando.

A mecanização da produção representou a substituição do trabalho manual pelas máquinas e pela adoção do princípio mecânico. A organização do trabalho no interior da fábrica realizou-se de maneira a possibilitar maior produtividade, seguida de lucro, pelo empreendedor capitalista.

O taylorismo e o fordismo foram as primeiras formas autoritárias de organização deste trabalho. As duas levaram

... ao máximo a parcelização e a especialização como formas de intensificação do trabalho na produção seriada. A gerência se reservava o monopólio do conhecimento e toda a organização pressupunha um adestramento prático do trabalhador nas tarefas mecânicas e padronizadas, de tal maneira que habilidade tornou-se sinônimo de repetição rápida e com margem mínima de erros de um pequeno número de gestos predeterminados e fixos.(Machado, 1994:170).

Conclui-se que, na primeira etapa do processo de industrialização, os países estabeleceram um parque industrial razoável, com uma mão-de-obra pouco qualificada, somada a um grande contingente de trabalhadores que não estavam preparados para enfrentar desafios mais complexos.

Essa realidade é perceptível, até a década de 1980, nas indústrias brasileiras, especialmente na indústria mantenedora da escola pesquisada. Grande parte dos alunos e trabalhadores vieram do campo para a cidade em busca de trabalho e quando empregados, não precisavam apresentar grau de instrução.

Algumas alterações sociais, políticas e econômicas foram sendo introduzidas e, com a chegada das novas tecnologias, houve uma reversão enorme neste quadro.

Ferretti (1998) estuda a transição do regime de acumulação fordista a partir da análise dos seus elementos intrínsecos e da combinação dos fatores que levaram ao seu declínio para a emergência do atual estágio de desenvolvimento capitalista, a Acumulação Flexível.

O autor caracteriza o Fordismo como um modelo estruturado em uma base produtiva com tecnologia rígida e produção em larga escala. O equilíbrio do modelo está centrado na estrutura e funções do Estado do Bem Estar Social, que participa da reprodução do capital e da força de trabalho, ocupando um lugar central.

O modelo é extremamente rígido e face a um mercado esgotável de bens de consumo duráveis e a um alto grau de organização dos partidos políticos e sindicatos dos trabalhadores, depois da Segunda Guerra Mundial, ele entra em declínio. Em seguida,

A estratégia econômica de superação do Fordismo, não sem grandes embates, constituiu-se na produção de uma nova base produtiva sustentada em novas formas de organização do trabalho e novas tecnologias (base para demandas de novas qualificações dos trabalhadores), na mundialização do mercado e na intensificação da hegemonia do capital financeiro. (Ferretti,1998:9).

Para o autor, a nova ordem emergente, a Acumulação Flexível, tem que conviver com os traços fordistas, conjugando elementos do velho e do novo. Estão presentes, neste contexto, os organismos multilaterais (entre eles o Banco Mundial) que atuam na sedimentação da nova ordem mundial, interferindo na organização dos Estados Nacionais.

Machado (1994), para explicar a crise do modelo antigo, evidencia que ele atendia às necessidades da economia de escala e da produção de massa e que as empresas procuravam sair da crise através da renovação do capital fixo, proporcionada pelo progresso técnico. Porém, alerta que a crise não pode ser resolvida pela inovação tecnológica e organizacional porque a aceleração do progresso técnico acelera a obsolescência do capital fixo, acentuando as crises. Por isso,

Em respostas a estes desafios, as empresas passam a buscar formas que reduzam os custos de capital e as necessidades de capital circulante, diminuindo, por exemplo, seus estoques; a encurtar, cada vez mais, os tempos gastos com a fabricação e a comercialização; a procurar uma

melhor qualidade da produção; a se pautar pela flexibilidade de modo a atender, ao mesmo tempo, mercados distintos e a montar uma organização mais leve e ágil nas respostas às necessidades emergentes. (Machado,1994:172).

Em decorrência, há uma modificação total na maneira de organizar o trabalho no interior da empresa, surgindo novas necessidades e desafios ao domínio do trabalhador.

Machado (1994) define a nova forma de integração social no trabalho, decorrente de um tipo de racionalização de caráter sistêmico, de 'sistemofatura'. Para garantir resposta imediata às demandas apresentadas, é imprescindível um planejamento rígido e formalista, que é feito a partir da apropriação de conhecimentos considerados adequados à execução.

A consequência imediata é que

A racionalização sistêmica introduzida pela nova organização do trabalho diminui os espaços de liberdade que possa existir entre o trabalho prescrito e o trabalho realmente executado, pois são reduzidos ao máximo todos os componentes indetermináveis, sujeitos a julgamento e enfatizados os passíveis de codificação, padronização e transferência. (Machado,1994:176).

Essa ocorrência se dá porque os operadores saem do âmbito da mera execução e entram nas tarefas de acompanhamento e ajuste dos equipamentos. O trabalho manual é acrescido do componente intelectual e surgem novos parâmetros a orientar o trabalhador, como a observação, leitura, solução de imprevistos, dentre outros.

Novos desafios são apresentados ao trabalhador na preparação da máquina, por isso, ele deve adquirir conhecimentos e habilidades para assumir tal responsabilidade. Além das exigências, são efetivadas novas formas de organizar o trabalho coletivo que parecem indicar um modelo descentralizado, porém, "...há um tempo informático que integra o que parece estar disperso. Além disso, o forte apelo à lealdade à empresa cuida de assegurar o mesmo espírito integrador e de restauração da centralização." (Machado,1994:178).

Esse fato pode ser fortemente constatado através da análise da entrevista realizada com a psicóloga da empresa mantenedora da escola pesquisada. Os treinamentos realizados para os funcionários da fábrica, especificamente, destacam e acentuam frases como: " seja

profissional”, seja aperfeiçoador da qualidade”, “comunique-se”, “exponha suas idéias”, resolva seus conflitos” e palavras como “organização”, “comprometimento”, “união”, equilíbrio”, “confiança”, dentre outras.

O desenvolvimento do espírito coletivo no trabalho e a atuação enquanto colaborador são muito acentuados e retratam, ao mesmo tempo que uma união com a empresa, uma necessidade de “entender o seu recado”. Enfim,

Essa forma grupal de organização constitui uma novidade capaz de introduzir ganhos significativos em termos de produtividade com a combinação de capacidades humanas, antes degradadas pelo esquema taylorista-fordista. Ela modifica a estrutura hierárquica verticalista anterior e confere espaços e oportunidades de manifestação, exercício e desenvolvimento de competências, ao permitir maior integração vertical e horizontal das informações. (Machado,1994:178).

Há, portanto, a necessidade de interagir com o equipamento, de decodificar mensagens e avaliar o desempenho segundo padrões preestabelecidos, daí a substituição da demanda de formação profissional direcionada para o aprender a fazer por outra formação que permita aprender a aprender.

Uma das diretrizes atuais à formação do trabalhador é o “modelo de competências” em substituição ao conceito de qualificação.

Ferretti (1998), citando Hirata (1994), aponta para a multidimensionalidade do segundo conceito e define a qualificação:

como qualificação do emprego (conjunto de exigências definidas a partir do posto de trabalho), qualificação do trabalhador (conjunto de atributos dos trabalhadores, mais amplo que o primeiro por incluir as qualificações sociais ou tácitas) e qualificação como relação social, esta, historicamente redefinida entre capital e trabalho.(Ferretti,1998:24)

Depois, citando Hirata (1994), o autor evidencia que competência é “uma noção oriunda do discurso empresarial nos últimos dez anos e retomada em seguida por economistas na França”. (idem, p.24). E, em seguida, citando Desaulniers (1993), transcreve que “ competência designa saber ser mais que saber fazer e implica dizer que o trabalhador competente é aquele que sabe utilizar todos os seus conhecimentos – obtidos

através de vários meios e recursos – nas mais diversas situações encontradas em seu posto de trabalho”. (idem, p.24).

Uma consideração decorrente das formulações anteriores, segundo Ferretti, é que o conceito de competência representa a atualização do conceito de qualidade, tendo em vista adequar o capital às novas formas pelas quais se organiza para obter maior e mais rápida valorização. Há um deslocamento da importância atribuída à qualificação formal e ao saber técnico para uma outra dimensão – o saber ser- que é colocar-se por inteiro, mobilizar-se em direção a um fim: a valorização do capital. O novo modelo

... põe, no lugar da relação definida pela qualificação, uma outra, que é marcada pela imprecisão, pela fluidez, pela indefinição, pela instabilidade, onde o saber, a posse do conhecimento do ofício, tende a ser colocado em segundo plano, elevando-se ao primeiro um conjunto de capacidades gerais e mal definidas que tende a crescer com a aceleração das valorizações da organização e das atribuições.(Ferretti,1998:25)

A segunda decorrência, merecedora de maior destaque, é o fato da empresa flexível e integrada insistir no aumento da escolarização dos trabalhadores, em função da intelectualização do trabalho. Ela, a empresa, também, aponta para a necessidade de que esses mesmos trabalhadores desenvolvam atitudes e comportamentos para a atuação produtiva na empresa, como por exemplo, a disponibilidade, colaboração, participação, dentre outros.

Concluindo, evidencio a existência, muito recente e com grande intensidade, de uma preocupação com a formação do trabalhador. As intenções e desdobramentos desta evidência serão discutidos, a seguir, com a inclusão da escola pesquisada no contexto.

Para o trabalhador se integrar na sociedade moderna, ele tem que, no mínimo, saber ler, interpretar a realidade, saber se expressar, trabalhar em equipe, participar nas tomadas de decisão. Atualmente, ele tem que ‘aprender a aprender’ para poder acompanhar as mudanças e avanços que caracterizam o acelerado ritmo da nossa época.

O perfil em ascensão do trabalhador faz surgir uma preocupação por parte do empregador. Sem qualificação mínima, torna-se praticamente impossível o indivíduo colaborar com a produção com qualidade e conseqüentemente, com o lucro da empresa.

O sistema dualizado de ensino – formação profissional x formação intelectual – sempre foi um problema para os estudiosos da ordem social injusta e da possibilidade de alteração da mesma. Na sociedade atual, entretanto, está presente a abertura desta discussão para outros setores interessados no desenvolvimento do país. Sem dúvida, porque está em jogo o crescimento do capital e a inserção no mercado global competitivo.

Um destes setores é o empresarial. A falta de formação do povo brasileiro afeta diretamente a empresa que vem adquirindo, por conta da revolução tecnológica, uma nova maneira de organizar o trabalho e conseqüentemente, vem requerendo um novo perfil de funcionário.

O debate é ampliado quando considerado o conflito existente entre o interesse do capital, representado pela empresa, e o interesse do trabalho, representado pelos trabalhadores e por grande parte da população alijada do sistema. Será que o empenho do setor empresarial na educação trará benefícios ao trabalhador? Qual é a finalidade dos investimentos concedidos pelo referido setor?

As colocações de Ferretti (1998) sobre a transferência da qualificação para a formação de competências no trabalhador levam à certificação de que o conceito adotado (competência) , apresenta um problema de imprecisão. Em decorrência, nos países desenvolvidos, existe uma tendência em padronizar as competências sob a forma de ações provisórias, mensuráveis e certificáveis. Exclui-se, mais uma vez, a possibilidade do questionamento político e é assumido o tratamento técnico.

O autor chama a atenção para que “... o papel a ser atribuído à educação nesse contexto, considerando os desdobramentos resultantes podem simplesmente colocá-la a reboque dos interesses produtivos, ainda que os discursos ressaltem seus aspectos formativos e gerais.” (Ferretti, 1998:28).

O discurso que atribui ganhos para toda a sociedade, na submissão da educação à produção, para o autor, está completamente equivocado. Para ele, “uma educação que se coloque nessa perspectiva assume um forte caráter instrumental, ainda que se justifique, para além da instrumentalidade, pela cidadania.” (idem, p.29).

Braverman(1987) aprofunda a questão da qualificação exigida aos trabalhadores pelas atuais transformações tecnológicas. Ele identifica a existência de uma afirmação quase universalmente aceita de que o efeito das mudanças causou o aumento médio da

qualificação dos trabalhadores. Entretanto, o autor aponta que os conceitos de qualificação, instrução e educação são vagos e também identifica o abismo que a noção de qualificação pode ocultar.

Para ele, as transformações aumentaram o conteúdo médio científico, técnico e qualificado, porém, a massa de trabalhadores não ganhou com este fato, ao contrário, foi alijada do comando do processo de trabalho e sua qualificação diminuiu consideravelmente.

Resumidamente,

quanto mais a ciência é incorporada no processo de trabalho, tanto menos o trabalhador compreende o processo; quanto mais um complicado produto intelectual se torne a máquina, tanto menos controle e compreensão da máquina tem o trabalhador. Em outras palavras, quanto mais o trabalhador precisa de saber a fim de continuar sendo um ser humano no trabalho, menos ele ou ela conhece. (Braverman,1987:360).

Braverman aprofunda a questão da qualificação e atribui à lógica do modo de produção capitalista o fato dos trabalhadores sofrerem uma desumanização no trabalho ao serem privados de seu direito inato de trabalho consciente e magistral. Na lógica do modo de produção capitalista, “ o trabalhador pode continuar uma criatura sem conhecimento ou capacidade, simplesmente uma ‘mão’ pela qual o capital faz o seu trabalho, mas tão logo ele ou ela seja apropriada às necessidades do capital o trabalhador já não pode mais ser considerado ou chamado não qualificado.” (Braverman,1987:378).

Essas considerações apresentam relação direta com meu objeto de estudo. As idéias do autor levam-me a concluir que a manutenção da escola para trabalhadores adultos por uma empresa capitalista está intimamente ligada ao interesse do capitalista na reprodução do capital. Entretanto, há uma outra lógica presente no processo: a dos profissionais implicados na educação.

O interesse do empresário pode ser divergente do interesse do trabalhador e do profissional que reflete sobre questões que não sejam a produtividade, porém, há uma pretensão em comum: todos se preocupam com a educação.

A escola SENAP (Serviço de Ensino e Assessoria Profissional), mantida pela empresa Nestlé, está inserida neste contexto de divergências de opiniões. É muito forte, no

ideal do financiamento da escola, a relação da evolução da organização do trabalho no interior da fábrica e a necessidade de educação para atender ao novo padrão tecnológico e ao aumento da produtividade.

O trabalhador veterano deve aprender a trabalhar em grupo, estar atento à produção com qualidade, estar apto a solucionar imprevistos, e, apesar da experiência, não conta com um nível de abstração suficiente para cumprir com tal função. Qualidade de ensino, para a empresa, está muito coerente com a noção de competências, anteriormente destacada.

Considerando o objeto de estudo, um outro lado entra em jogo: a equipe pedagógica e a gestão escolar, ambas envolvidas com o processo educacional.

O objetivo educacional, deste lado, apresentou-se muito distinto do da empresa e pôde ser evidenciado com o entendimento de cada professora sobre a educação e também com o trabalho pedagógico desenvolvido na organização escolar.

A gestão escolar exerce um papel fundamental neste contexto. Mostrou-se consciente do objetivo que a escola tinha para a empresa e ao mesmo tempo, mostrou-se consciente do papel da educação para a sua equipe e seus educandos, ela conseguiu, enfim, desempenhar sua função.

Mantendo as relações com a fábrica, abriu espaço para que, através da participação na organização escolar, fossem concretizados os objetivos da comunidade educativa. Estes, sem dúvida, extrapolaram a simples produtividade.

Acredito que, ao possibilitar o acesso à construção do conhecimento, a equipe e a gestão escolar foram além dos objetivos previstos pela empresa, porque não trabalharam apenas com pacotes fechados de conhecimento, substituíram a apropriação pela idéia de trabalhar com o conhecimento, possibilitaram a função do educando como sujeito da formação, procuraram resgatar a importância da cidadania. (Machado,1994)

Outras oportunidades semelhantes deverão ser aproveitadas por profissionais que acreditam na possibilidade de, dentro dos limites, trabalhar com as possibilidades.

A universalização do ensino é um desafio imposto a toda sociedade e ganha espaço até mesmo nos contextos empresariais. Defendo a idéia que devemos mobilizar todos os esforços e aproveitar todas as oportunidades para a concretização desse ideal. A educação, enquanto prática social, envolve seres humanos que não são dotados de aspectos

meramente técnicos e racionais; ao contrário, a educação cria possibilidades infinitas e muitas vezes, não planejadas pela classe dominante.

Um passo favorável à concretização desse ideal, é a realização de um trabalho profissional que aponte “na direção da formação do trabalhador capaz de dominar o seu fazer e o saber científico sobre ele, assim como capaz de desenvolver plenamente suas capacidade intelectuais para o enfrentamento de um trabalhador desafiador e demandante de efetiva criatividade e iniciativa.” (Ferretti,1998:29).

Um trabalho comprometido com a formação de indivíduos críticos, capazes de refletir sobre a realidade e atuar socialmente em busca de seus sonhos. Um trabalho comprometido, sobretudo, com a efetivação da cidadania.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista**. A degradação do trabalhador no século XX. Trad. Nathanael C. Caixeiro. 3 ed. Rio de Janeiro: Guanabara,1987.

FERRETTI, Celso J. (org). **Tecnologias, trabalho e educação. Um debate multidisciplinar**. Petrópolis, RJ: Vozes,1994.

FERRETTI, Celso J. Reformas educacionais e formação profissional no Brasil. **Revista portuguesa de educação**. Universidade do Minho,1998.

MACHADO, Lucília R. de Souza. **Politecnia, escola unitária e trabalho**. São Paulo: Cortez: Autores Associados,1989.

MACHADO, Lucília. R. de Souza. A educação e os desafios das novas tecnoplogias. In: FERRETTI, C. J. **Tecnologias, trabalho e educação. Um debate multidisciplinar**. Petrópolis, RJ: Vozes,1994.

SAVIANI, Demerval. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. In: FERRETTI, C. J. **Tecnologias, trabalho e educação**. Petrópolis: Vozes,1994.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ALVES, Judith Alda. O planejamento de pesquisas qualitativas em educação.

Cadernos de Pesquisa. São Paulo:Cortez (77); 53-71, Maio 1991

ANDRÉ, Marli Eliza D.e LUDKE, Menga. **Pesquisa em educação: abordagens**

qualitativas. São Paulo:Cortez, 1986

ANDRÉ. Marli Eliza. Estudo de caso: seu potencial na educação.

Cadernos de Pesquisa. São Paulo:Cortez(49):51-54, Maio,1984

AVANZINE, Guy. **Lés educacion des adultos.** Paris: Antrophos,1996

CANÁRIO, Rui. **Educação de adultos: Um campo e uma problemática.**

Universidade de Lisboa: Educa,1999.

FARIA, H. P de. e FILHO, Silva. O empresariado e a Educação. IN: FERRETTI,

C.J. (org). **Tecnologias, trabalho e educação. Um debate multidisciplinar.**

Petrópolis, RJ: Vozes,1994.

FAZENDA, Ivani. **Metodologia da pesquisa educacional.** São Paulo:

Cortez,1994.

LAUGLO, Jon. Crítica às prioridades e estratégias do Banco Mundial para a educação. **Cadernos de Pesquisa** n.100,p.11-36,mar.1997.

MACHADO, Lourdes Marcelino. “**Quem embala a escola?**” IN: Simpósio Científico do Câmpus de Marília, Faculdade de Filosofia e Ciências, UNESP,1996

MACHADO, Lourdes M. Mercado Global: a esfinge do presente. In: Silva Jr.(org). **VI Circuito PROGRAD**. São Paulo UNESP-PROGRAD,1996. Págs.91-106

MELLO, Guiomar Namó. **Cidadania e competitividade: Desafios educacionais para o terceiro milênio**. São Paulo: Cortez, 1993

PARO. Vitor . **Administração escolar: Introdução crítica**. São Paulo: Cortez,1984.

PAIVA, V. P. **Educação Popular e Educação de Adultos**. Loyola, São Paulo,1973.

PEREZ, Ramon Perez(coord). **Calidad de vida en los Centros Educativos**. II Jornadas Educativas. Centro Asociado de la UNED de Asturias- GIJON,1994.

RICHARDSON, R.J. **Pesquisa social** . São Paulo:Cortez,1989

ROCKWELL, Elsie. **La escuela cotidiana**. México:Fondo de cultura Econômica,1995

SANDER, Benno. **Consenso e conflito: perspectivas analíticas na pedagogia e na administração da educação**. São Paulo: Pioneira ,1984.

SANTOS FILHO, José Camilo / GAMBOA, Silvio Sanches (org) . **Pesquisa educacional: quantidade- qualidade**. São Paulo: Cortez, 1995

SAVIANI, Demerval. **Escola e democracia**. Campinas, São Paulo: Editora Autores Associados, 1993

SILVA, Thomaz Tadeu(org). **Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação**. Petrópolis: Vozes,1995.

SILVA, TOMAZ. T. A “nova” direita e as transformações na pedagogia da política e na política da pedagogia. IN: GENTILI, P A.A.(org) **Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas**. Petrópolis, RJ: Vozes,1994.

TRIVINOS, N. **Introdução à pesquisa em ciências sociais e a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas,1992